A REDE DO MOVIMENTO PELA BASE E SUA INFLUÊNCIA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BRASILEIRA[1]

THE MOVEMENT FOR THE BASE NETWORK AND ITS INFLUENCE ON THE BRAZILIAN NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE

RED DEL MOVIMIENTO POR LA BASE Y SU INFLUENCIA EN LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR BRASILEÑA

Luciane Oliveira da Rosa[2]
Valéria Silva Ferreira[3]

Resumo: A Base Nacional Comum Curricular - BNCC foi disputada por diferentes grupos durante a elaboração das versões que surgiram a partir de 2014. O Movimento pela Base é formado por instituições e pessoas apoiadoras que constituem uma rede política. Este artigo visa discutir sobre a Rede do Movimento pela Base e sua influência na produção do texto da BNCC. A metodologia utilizada inspira-se na análise de Redes Políticas de Ball (2014). Para elaboração da rede, os dados foram coletados em *sites* na internet. Na terceira versão, o Movimento pela Base passou a administrar e gerenciar os debates acerca do currículo, surgiram as Competências Gerais e o discurso empresarial evidenciou-se na Base. Um modelo gerencialista da educação passou a ser implementado e lançou-se o projeto de subjetivação dos estudantes e dos professores aos ideais mercadológicos.
Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Competências. Rede do Movimento pela Base.

Abstract: The National Common Curricular Base – known as BNCC - was disputed by different groups during the elaboration of the versions that arose from 2014. The Movement for the Base is formed by institutions and supporters that constitute a political network. This paper aims to discuss the Movement for the Base Network and its influence on the production of the text of the BNCC. The methodology used is based on the analysis of Ball's (2014) Political Networks. For the elaboration of the network, the data were collected on websites. In the third version, the Movement for the Base began to administer and manage the debates about the curriculum, the General Competencies emerged and the business discourse was evidenced in the BNCC text. A managerialist model of education began to be implemented and the project of subjectivation of students and teachers related to market ideals was launched.
Keywords: National Common Curricular Base. Competencies. Movement for the Base Network.

Resumen: La Base Nacional Común Curricular - BNCC fue disputada por diferentes grupos durante la elaboración de las versiones que surgieron a partir de 2014. El Movimiento por la Base es formado por instituciones y personas que lo apoyan constituyendo una red política. El presente artículo busca presentar y discutir sobre la Red del Movimiento por la Base y su influencia en la producción del texto de la BNCC. La metodología utilizada se inspira en el análisis de Redes Políticas de Ball (2014). Para la elaboración de la red los datos fueron recolectados en sitios web. En la tercera versión el Movimiento por la Base pasó a administrar y gestionar los debates sobre el currículo, surgieron las Habilidades Generales y el discurso empresarial se ha evidenciado en él. Un modelo de gestión de la educación empezó a ser implementadoy puesto en marcha el proyecto de subjetivación de los estudiantes y profesores a los ideales mercadológicos.
Palabras clave: Base Nacional Común Curricular. Habilidades. Red del Movimiento por la Base.

[1] Agência Financiadora: CAPES
[2] Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, Santa Catarina, Brasil. luorosa@icloud.com
[3] Professora da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, Santa Catarina, Brasil. v.ferreira@univali.br

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) brasileira teve cinco versões durante o seu processo de elaboração, que se iniciou em 2009, originando a versão preliminar lançada em 2014. Várias forças políticas brigaram na disputa por esse currículo. Segundo Apple (2018), quatro grupos dominaram as disputas sobre o currículo brasileiro na elaboração da Base: os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e uma fração particular da classe média a favor das reformas, formado por técnicos, políticos e alguns intelectuais que não se encaixam nos outros grupos.

Essa disputa foi liderada pelo Movimento pela Base, formado por parcerias de instituições e pessoas que se ligam entre si. Segundo o *site* do Movimento, o objetivo era "[...] facilitar a construção de uma Base de qualidade" (MOVIMENTO pela Base Nacional Comum, 2018a, n.p.) com um grupo formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação.

Após a terceira versão da base, o Movimento pela Base passou a administrar a elaboração do documento curricular; e, na versão final, sua função mudou, passando a atuar como gerenciador. Há uma mudança visível no texto final, o qual estabelece dez competências gerais como objetivo maior da educação, modificando os princípios educacionais. Essa brusca mudança na política curricular traz alguns questionamentos: O que é o Movimento pela Base? Quem são as pessoas que constituem esse Movimento? Quais as ligações entre essas pessoas? Qual o real objetivo do Movimento? Quais são os poderes dos atores do Movimento e como os exercem? Para responder a essas questões, este artigo lança-se na análise de redes políticas segundo Ball (2014), o qual afirma que a metodologia de rede deve identificar os atores na rede, seus poderes, suas capacidades e a forma pela qual exercem seus poderes por meio da rede.

Este artigo, fruto de uma pesquisa, em andamento, de Mestrado Acadêmico em Educação, intitulada *Continuidades e descontinuidades nas versões da BNCC para a Educação Infantil*, apresenta a Rede do Movimento pela Base, elaborada a partir de dados coletados na internet, utilizando-se do trabalho de *networking* (AVELAR, 2016). As ligações entre as instituições e as pessoas que formam o Movimento pela Base são reveladas, buscando a compreensão de como acontecem as mobilidades políticas e como a rede funciona, neste caso em relação ao currículo da Base. De acordo com Ball (2014, p. 29), as redes políticas são um tipo de social novo, compartilhando problemas sociais e soluções, e "[...] por meio delas, é dado espaço a novas vozes dentro do discurso de política". Nesse sentido, apresentamos a influência das vozes da Rede do Movimento pela Base na produção do texto final do documento.

A CONSTRUÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A BNCC tem sua construção justificada pelo embasamento em marcos legais da Educação Brasileira (BRASIL, 2017a). Conforme descrito na versão final do documento, os marcos legais são: a Constituição Federal de 1988, que, em seu Artigo 205, determina a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família; a Carta Constitucional (BRASIL, 1988), que previa conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental em todo o país; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que determinou que os currículos da Educação Básica tivessem uma base nacional comum contemplada por uma parte diversificada; as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 1990; as DCN de 2000; as novas DCN de 2010, que ampliaram o conceito de contextualização, incluindo a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural de cada comunidade (BRASIL, 2017a). Já o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014), na Meta 7, reitera a necessidade de uma base nacional (BRASIL, 2014b).

De acordo com a versão preliminar da BNCC (BRASIL, 2014a), em 2009, iniciou-se a elaboração da proposta da Base. A Base Curricular Comum já vinha, portanto, sendo discutida e planejada antes das DCN de 2010 e do PNE 2014-2024.

> No período de 2009 a 2014, reuniões, encontros e seminários foram realizados para a construção dessa tarefa. Cabe destacar o trânsito de uma visão de expectativas de aprendizagem para direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento que ensejou muitos debates e marcou importante mudança de orientação na

> produção do documento ora apresentado. (BRASIL, 2014a, p. 7).

A partir dessa mudança na centralidade da educação, passando o aluno a ser o centro do processo, a discussão sobre os direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento ganhou destaque nas ações promovidas pelo Ministério da Educação (MEC), como o Programa Currículo em Movimento e várias reuniões e encontros para discussão e trabalho em grupos que ocorreram. Assim, o texto da versão preliminar foi produzido e documentado no período de 2011 a 2013 (BRASIL, 2014a).

A versão preliminar da BNCC foi elaborada e lançada no mandato da Presidente Dilma Rousseff, tendo José Henrique Paim como Ministro da Educação e Maria Beatriz Luce como Secretária de Educação Básica. Contou com professores pesquisadores da educação, de diversas Universidades públicas e particulares de diferentes regiões do país e com integrantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A coordenação geral para elaboração do documento foi de Ítalo Modesto Dutra (MEC), Jaqueline Moll (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), Rosemari Friedmann Angeli (Consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco/MEC) e Sandra Regina de Oliveira Garcia (Universidade Estadual de Londrina - UEL). Em julho de 2014, o MEC disponibilizou o documento preliminar intitulado *Por uma política curricular para a Educação Básica: contribuição ao debate da Base Nacional Comum a partir do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento* (BRASIL, 2014a). O objetivo desse documento orientador acerca de uma política curricular para a Educação Básica era promover um amplo debate nacional sobre os direitos de aprendizagens e de desenvolvimento e servir de referência para que as áreas do conhecimento produzissem os delineamentos para a Base Nacional Comum, considerando as especificidades locais e regionais em cada escola e tendo o estudante como foco.

No entanto, essa versão preliminar, que apresentava uma longa discussão sobre direitos de aprendizagem interligados com as Diretrizes Nacionais, sem estabelecer objetivos de aprendizagem para cada série escolar, foi abandonada logo que mudou o comando do Ministério da Educação. Mesmo dentro de um mesmo Governo, a mudança ministerial apresentou diferente concepção de educação e, consequentemente, outra condução da elaboração da BNCC. De acordo com Freitas (2015), a versão preliminar da base foi silenciada.

Posteriormente, o MEC instituiu uma Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC, definindo a composição dessa comissão e sua atribuição. Estabeleceu que seria composta por 116 membros, indicados entre professores pesquisadores de universidades com reconhecida contribuição para a Educação Básica e formação de professores, docentes em exercício nas redes estaduais, do Distrito Federal e redes municipais, bem como especialistas com vínculo com as secretarias estaduais das unidades da Federação (BRASIL, 2015a). A Portaria Nº 592, de 17 de junho de 2015, garantiu presença da diversidade cultural do país na elaboração do texto das primeiras versões da BNCC, que inclusive traziam explicitamente a diversidade em forma de imagem na capa da Primeira e da Segunda versão da Base. Embora o jogo de poderes, as disputas pelo controle do currículo já estivessem postas nesse momento, o grupo de professores democrático e crítico e os representantes dos movimentos sociais dominavam o debate até então.

Em setembro de 2015, o MEC divulgou a Primeira Versão da BNCC (BRASIL, 2015b), descartando a Versão Preliminar de 2014, mas com continuidade nos discursos sobre educação contidas naquele texto. No comando do Ministério, estava Renato Janine Ribeiro. Nessa versão, deu-se continuidade às discussões da Versão Preliminar e apresentaram-se os Campos de Experiências para a Educação Infantil, os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e os Direitos de aprendizagem. De outubro de 2015 a março de 2016, a BNCC foi apresentada em Seminários e Fóruns pelo país e aberta para consulta pública *online*, recebendo mais de 12 milhões de contribuições (BRASIL, 2017a, 2017d).

Na sequência, em maio de 2016, considerando as contribuições recebidas, relatórios analíticos e pareceres críticos, o MEC comandado por Aloizio Mercadante, disponibilizou a Segunda Versão da BNCC - um documento com maior número de páginas e com

aprofundamento nas discussões de conceitos e de temas.

Entre junho e setembro de 2016, o texto do documento foi debatido por professores e gestores em seminários estaduais. Foram 27 encontros e mais de 9.000 participantes (BRASIL, 2017d). Após debate, o Consed e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) entregaram ao MEC o Relatório de Contribuições com base em análise realizada por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) para a elaboração da Terceira Versão (BRASIL, 2017b).

Nesse momento, o Brasil viveu um fato político que mudou a ideologia e a direção das políticas públicas educacionais. Após disputa pelo poder de comandar o país, de um jogo político orquestrado pelo movimento empresarial e partidos políticos, que já vinham entoando o "canto da sereia" (MONTAÑO, 2014), em busca de espaço para seus negócios, tiram do caminho a Presidente Dilma Rousseff e assume Michel Temer, até então Vice-Presidente da República. Com a vitória da bandeira neoliberal, neoconservadora e outras, uma complexa rede de interesses mercadológicos e moralistas se forma em torno da efetivação da BNCC. O Ministro da Educação passa a ser Mendonça Filho; como Secretária Executiva, assume Maria Helena Guimarães de Castro; e Secretário de Educação Básica, Rossieli Soares da Silva.

Uma das ações da nova gestão na Educação é a instituição do Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular e reforma do Ensino Médio, por meio da Portaria do MEC Nº 790, de 27 de julho de 2016, que diz no Art. 1º: "Fica instituído o Comitê Gestor para acompanhar o processo de discussão da segunda versão preliminar da BNCC, encaminhar sua proposta final e propor subsídios para a reforma do Ensino Médio" (BRASIL, 2016b, p. 16). Nesse momento, o MEC abandona a Comissão de Especialistas para a Elaboração da BNCC, passando a dar plenos poderes ao Comitê Gestor. O Art. 5º diz que compete ao Comitê Gestor (BRASIL, 2016b) acompanhar os debates sobre o documento preliminar da BNCC; convidar especialistas para discutirem temas específicos da proposta em discussão da BNCC e sugerir alternativas para a reforma do Ensino Médio; propor definições, orientações e diretrizes para a elaboração da versão final e implementação da BNCC e de reforma do Ensino Médio; indicar especialistas para redigir a versão final da BNCC; e estabelecer orientações para a implantação gradativa da BNCC pelas redes de ensino públicas e privadas. O Comitê Gestor é presidido pela Secretária Executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, conforme determinou a portaria. Esse comitê passa a comandar a elaboração da BNCC e escolhe os especialistas do Brasil e de outros países para analisar a Segunda Versão. Os especialistas em educação são substituídos por tecnocratas com *expertise* das áreas empresariais.

Em abril de 2017, o MEC entrega a Terceira Versão da BNCC, que segue para apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE). Aqui a base ganha um novo modelo, com discursos alinhados à economia de mercado. O Ensino Médio, alvo da reforma, sai do texto do documento nessa versão e surgem as dez competências gerais como fundamentos pedagógicos da Base. Todos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os objetivos de aprendizagem passam a estar a serviço das competências.

Apesar da ampla discussão e do debate das versões anteriores, a BNCC apresenta-se com a estrutura geral preservada, mas o conteúdo alterado; os conceitos são esvaziados do sentido-raiz e colonizados pela linguagem do mercado, da psicologia e da tecnologia (LARROSA, 2018). Muitas forças brigam na elaboração do documento. O campo educacional que já era de disputas, agora agrega disputas explícitas fora do campo educacional, de interesses mercadológicos, envolvendo empresários, políticos e uma rede com interesses na abertura do campo educacional para o mercado. Logo de início, o Movimento pela Base passa a apoiar o MEC e administrar a elaboração da BNCC. Essa versão traz o apoio do Movimento pela Base escrito na primeira página, movimento que se tornou um interlocutor privilegiado do MEC na gestão de José Mendonça Filho (ANTUNES, 2017). Passa a ocorrer a colonização da política (BALL, 2014), com os representantes do setor privado operando dentro do governo e criando política.

Segundo a pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Marise Ramos (ANTUNES, 2017), há uma disputa entre a concepção de educação como formação humana, para intervir na realidade, e uma concepção de pedagogia das competências, na lógica neoliberal, para tornar os indivíduos adaptáveis à realidade; e, neste

Governo, por meio da Base, as competências foram retomadas.

Na apresentação da terceira versão da BNCC, o texto diz que o documento complementa e revisa a segunda versão e "[...] é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira" (BRASIL, 2017b, n.p.). Citam-se todas as contribuições recebidas desde o início da elaboração do documento, legitimando a construção da base como um processo contínuo.

Contudo, ignorando as discussões contrárias à terceira versão da BNCC, o MEC segue na trajetória de construção da Base. Assim, de junho a setembro de 2017, o CNE realizou audiências públicas, uma em cada região do país, para ouvir a sociedade sobre o texto da terceira versão da BNCC (BRASIL, 2017b). No dia 15 de dezembro de 2017, de maneira apressada, o parecer e o projeto de resolução apresentados pelos conselheiros relatores do CNE foram votados em Sessão do Conselho Pleno (comissão do CNE, que abrange as Câmeras de Educação Básica e Superior) e aprovados com 20 votos a favor e três contrários. Com esse resultado, seguiram para a homologação no MEC, que aconteceu no dia 20 de dezembro pelo Ministro da Educação José Mendonça Filho. E, no dia 22 de dezembro de 2017, em período de recesso escolar, foi publicada a Resolução do CNE - Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da BNCC (BRASIL, 2017c).

O documento final da BNCC manteve a ênfase nas competências gerais como norteadora do currículo de todas as etapas da Educação Básica. No texto, "Competência" é definida como "[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais) atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (BRASIL, 2017a, p. 8). Dessa forma, fica estabelecido que, no Brasil, a "Educação é a Base", e essa base deverá ser formada pelo desenvolvimento das competências gerais.

As competências, segundo a Base, estão comprometidas com o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2017a) – como se todos os brasileiros e todas as brasileiras precisassem desenvolver competências oriundas de princípios mercadológicos para exercer a plena cidadania. Ao contrário disso, afirmamos que todas as crianças nascem cidadãs e cabe à sociedade garantir todos os seus direitos. Nesse sentido, propagandas, como a transcrita a seguir, do MEC, vêm sendo divulgadas para alcançar as famílias pela televisão e por meio da internet.

> O Brasil terá, pela primeira vez, uma Base Nacional Comum Curricular. O documento é democrático e respeita as diferenças. Com a Base, todos os estudantes do país, de escola pública ou particular, terão os mesmos direitos de aprendizagem. "Hoje a aula é sobre cidadania". Isso é bom! Se a base da educação é a mesma, as oportunidades também serão! [...]. (BRASIL, 2018, n.p.).

A propaganda, contraditoriamente, diz que a Base respeita as diferenças e é democrática, mas deixa claro que o currículo é o mesmo para todas as escolas, seja no Norte ou no Sul do país; além disso, defende a ideia de que as oportunidades serão as mesmas. É questionável o fato de que em um país tão diverso como o Brasil, com tanta pluralidade, os interesses dos estudantes e as necessidades serem as mesmas.

Quanto aos direitos de aprendizagem, que apareciam nas primeiras versões da BNCC relacionados aos princípios éticos, políticos e estéticos, conquistados na luta que envolveu os movimentos sociais para que houvesse garantia no currículo escolar pelo respeito à diversidade, tendo em vista a superação da discriminação (BRASIL, 2016a), o documento final da BNCC esvazia essa concepção de direito e preenche com uma ideia de direito à aprendizagem, descontextualizado das condições de vida das crianças e de suas famílias. O que o discurso na propaganda citada anteriormente diz é que "todos terão os mesmos direitos", isolando o direito de aprender dos demais direitos, como se isso fosse garantir acesso a todos os outros direitos que são negados. No caso das crianças da Educação Infantil, apesar de tão pequenas, já são responsabilizadas pela conquista ou não dos direitos sociais, que deveriam ser garantidos pelo Estado. Isso demonstra que a responsabilização apontada por Freitas (2014) é elemento marcante da política deste Governo que finaliza a BNCC. Se o estudante não tiver a capacidade de ser resiliente, não se superar, perderá a oportunidade de conquista de direitos, que foi a mesma que

outros estudantes tiveram, independentemente da comunidade em que vive, da família, da realidade social. Ciente de que essa Base é um documento para controlar a população pobre, Freitas diz:

> [...] ao trabalhador, o básico; às elites, a formação ampla. É como se garantir ao aluno o acesso ao básico, redimisse a sociedade de ter promovido a desigualdade social que o vitimou, abrindo-lhe as portas do sucesso, agora, na dependência de seu empenho. Daqui para a frente, depende dele. No entanto, a promoção da pobreza que colocou a ele e seus pais, desde os primeiros anos de vida, em condição de desvantagem social, não é problematizada pelos reformadores. Qualquer referência a isso é considera uma "desculpa para não ensinar". (FREITAS, 2014, p. 6).

Os reformadores educacionais não estão preocupados com as desigualdades sociais e diversidade cultural. Igualar todos e ensinar os mesmos conteúdos é mais interessante porque possibilita avaliar, medir e intervir para atingir o objetivo final, no caso as competências gerais ditadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Como nos lembra Barbosa (2006, p. 64), a expansão das teorias administrativas para o campo da educação teve o objetivo de "[...] fazer com que os educandos chegassem à indústria com hábitos bem-definidos e adequados a esse universo de produção". Assim, a criança pequena já entra na creche e aprende sobre seu lugar social e conforma-se – o ideal para a ideologia de mercado. Embora o discurso seja de que a Base serve para a rede pública e privada, para todos os estudantes brasileiros, é na educação pública que ela será implantada, controlada, avaliada e cobrada. Para aquelas escolas e aqueles estudantes que não obtiverem sucesso, cabe a responsabilização pelo fracasso, pela falta de resiliência. Para aqueles que vencerem os obstáculos e alcançarem os objetivos, a meritocracia, os prêmios e o reconhecimento; afinal, na lógica do mercado, cada sujeito é um empresário de si (FOUCAULT, 2010), sendo para si mesmo o seu próprio produtor, sendo a fonte de seus próprios rendimentos.

A REDE DO MOVIMENTO PELA BASE E A INFLUÊNCIA NA PRODUÇÃO DO TEXTO DA BNCC

O Movimento pela Base Nacional Comum, referido como apoiador da construção da BNCC, a partir da terceira versão, surgiu em 2013 e possui uma página na internet, com itens para acesso público, a saber: A construção da BNCC; Quem Somos; Implementação; Biblioteca; Acontece. Consta, na página "Quem somos", informações sobre: O que é o Movimento pela Base, pessoas, apoio institucional, sete princípios para a construção da Base e conceito. Para buscarmos compreender o movimento, abordaremos, a seguir, cada item de "Quem somos". Iniciamos com o que é o Movimento: "O Movimento pela Base é um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua para facilitar a construção de uma Base de qualidade" (MOVIMENTO pela Base Nacional Comum, 2018a). É possível acessar as pessoas que fazem parte do Movimento, recebendo uma breve informação sobre elas, seguida de uma listagem contendo nomes e suas respectivas funções. Na descrição de "Pessoas":

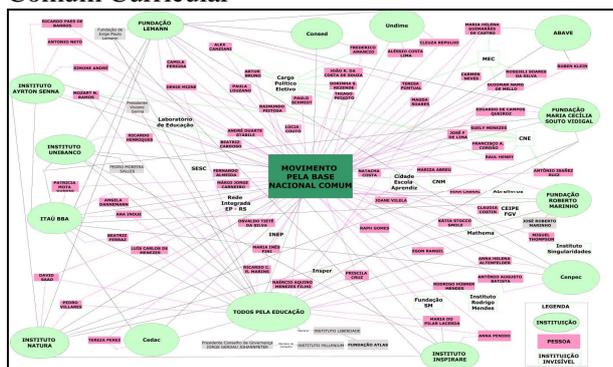
> O grupo que compõe o Movimento é formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação. São organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e políticas públicas. (MOVIMENTO pela Base Nacional Comum, 2018a, n.p.).

Ao todo são 63 pessoas que fazem parte do Movimento, e estas são apresentadas no grupo geral de pessoas. As instituições que constituem o Movimento pela Base aparecem como apoio institucional.

Em "Apoio Institucional", o Movimento apresenta seus parceiros: Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave), Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Comunidade Educativa Cedac, Consed, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação, Undime. São 14 instituições parceiras do Movimento, apresentadas

individualmente e sem ligações entre elas. No entanto, ao consultarmos a página de cada uma delas, é possível ver no *link* “Parcerias” que estas se ligam entre si, e algumas instituições concentram as ligações de quase todas as demais, sejam como apoiadoras ou apoiadas.

As pessoas citadas como integrantes do grupo que compõem o Movimento pela Base também são ligadas às Instituições “apoiadoras”, e às Instituições não mencionadas como apoiadoras, mas possível de identificar a relação, como mostra a rede na Figura 1 a seguir. É importante salientar que, nessa rede de ligações entre pessoas e instituições e entre as instituições, foram utilizadas somente informações disponibilizadas pelas instituições.

Figura 1- Rede do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Movimento pela Base (2018a) e das instituições ligadas ao Movimento.

Podemos observar na rede apresentada que o Movimento pela Base está apoiado em instituições na maioria empresariais, que possuem algum tipo de ligação, reforçando a tese de que os ideais mercadológicos dominam esse Movimento. De acordo com Ball (2014), essas ligações de redes são um tipo de “social novo”, formado por pessoas com interesses econômicos semelhantes que se unem tanto para desenvolver demandas para novos clientes/consumidores quanto para fecharem novos negócios, assim como para criação de outras formas de pensar. As redes políticas constituem uma nova forma de governança que colocam na jogada política um mercado de autoridades que disputam os discursos no processo da política.

Avelar e Ball (2017) afirmam que o Movimento pela Base atua com o objetivo de trazer os padrões nacionais de aprendizagem para a agenda pública no Brasil, formando uma rede com diferentes atores, que se comunicam com diferentes públicos. Compartilham uma visão reformista da educação, problematizando sobre o que deve ser a educação, quais são os problemas políticos no Brasil e as soluções políticas necessárias. Os autores analisam que o Movimento pela Base não ambiciona uma mudança rápida das políticas educacionais, mas faz parte dos pequenos movimentos, experimentos e iniciativas que podem ser escalados e contribuir ao longo do tempo para uma reengenharia mais profunda do sistema.

Também chamamos atenção para o fato de que 11 das 14 instituições são ligadas diretamente ao “Todos pela Educação”. O Todos pela Educação (TPE) foi fundado em 2006 como movimento social, por presidentes de diversas empresas brasileiras, como os Bancos Itaú, Bradesco e Santander, o Grupo Gerdau e DPaschoal. É presidido por Jorge Gerdau Johannpeter, um dos bilionários brasileiros, membro do Conselho do Instituto Millenium. O TPE também é parceiro do Instituto Liberdade, citado na rede organizada por Ball (2014), no livro *Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*, com ligação à Fundação Atlas de Pesquisa Econômica (Atlas).

A Atlas tem sua sede no estado da Virgínia – Estados Unidos da América, com uma rede global de mais de 400 organizações de mercado livre em mais de 80 países para obter ideias e recursos necessários para promover a causa da liberdade. De acordo com Ball (2014, p. 50), a Atlas acredita que “[...] as perspectivas para sociedades livres em todo o mundo dependem de ‘empreendedores intelectuais’ na sociedade civil, que desejam melhorar debates sobre políticas públicas por meio de pesquisas sólidas”. Dessa forma, a ideia de uma sociedade de indivíduos livres e responsáveis defendida pela Atlas tem relação com os ideais de formação de sujeitos e subjetividades do TPE, que é a Instituição que predomina nas ligações com outras instituições e com pessoas na rede do Movimento pela Base e foi um dos fundadores do Movimento.

O TPE articula-se dentro de uma arquitetura global de relações políticas, que envolvem organizações internacionais, formando uma rede que inclui atores empresariais e filantrópicos em educação, como é possível verificar na pesquisa de Erika Moreira Martins sobre o TPE

(MARTINS, 2016). O TPE integra a Rede do Movimento pela Base, que se caracteriza como uma rede global de política educacional, definida, por Ball (2014), como um conjunto de relacionamentos ligados à política que se estendem pelo mundo e adentram diferentes países, por meio dos quais se movem ideias políticas, tecnologias políticas, pessoas e dinheiro.

Outra Instituição que se destaca é a Fundação Lemann ligando-se a dez instituições do Movimento; algumas são parceiras e outras são apoiadas pela fundação de Jorge Paulo Lemann, o homem mais rico do Brasil e 19º entre os mais ricos do mundo. Considerado o "rei da cerveja" (BORGES, 2016), fez sua recente aposta na Escola Eleva, com foco no Ensino Médio. Em 2013, a Fundação Lemann convidou um grupo de parlamentares, liderados pelo Deputado Federal Alex Canziani, que faz parte da rede do Movimento pela Base, para participar de um seminário "Liderando reformas educacionais e fortalecendo o Brasil para o Século XXI", nos Estados Unidos, organizado pela Universidade de Yale em parceria com a Fundação Lemann (ANTUNES, 2017). Segundo o Deputado Canziani, o objetivo era conhecer as vantagens da unificação do currículo escolar a partir da experiência do Common Core, a base nacional implementada nos Estados Unidos (ANTUNES, 2017). A Fundação Lemann tem exportado políticas e conduzido ideias para oferecer soluções neoliberais para a educação brasileira. Conforme Avelar e Ball (2017), o Movimento pela Base é financiado pela Fundação Lemann, pelo Instituto Natura e pelo Banco Itaú BBA; e a Fundação Lemann, além de financiadora, é a "secretaria executiva" com a missão de realizar a tomada dos membros.

Além da ligação entre as Instituições divulgadas como apoiadoras do Movimento pela Base, e entre as Pessoas e as Instituições, há ligações das Pessoas com outras Instituições não mencionadas nos *sites*. Essas ligações foram representadas na rede como Instituições Invisíveis. É o caso das ligações com o MEC; o CNE; o Inep; o Serviço Social do Comércio (Sesc); o Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper); a Confederação Nacional dos Municípios (CNM); o Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (Ceipe/FGV); as Secretarias Municipais e Estaduais; os Cargos Políticos eletivos; o Grupo Mathema, que pesquisa e desenvolve métodos pedagógicos para ensino de Matemática; o Instituto Rodrigo Mendes; o Instituto Singularidades, de formação de professores; o Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio (Cesgranrio), que oferece também consultoria para capacitação de professores; a Abrelivros; a Cidade Escola Aprendiz; o Laboratório de Educação e Rede Integrada de Escolas Públicas do Rio Grande do Sul. Essas ligações de instituições físicas não são nomeadas no *site* do Movimento, mas as pessoas físicas, as quais estão na rede, possuem ligações diretas com essas instituições. Portanto, as empresas estão camufladas e invisíveis na rede do Movimento pela Base. Consideramos isso uma estratégia de atuação, principalmente por possuírem altos cargos nas instituições governamentais, como membros e ex-membros de conselhos, do MEC, de Secretarias de Educação, entre outros e como fundadores ou sócios em instituições empresariais. Avelar e Ball (2017) apontam para uma tática planejada do Movimento, que inseriu membros do Movimento no Governo e recrutou ex-membros do Governo para o Movimento. Dessa forma, levantamos a hipótese de uma forte ligação entre o Governo e as instituições econômicas juntos por interesses mercadológicos nessa conexão política.

As pessoas físicas citadas como apoiadoras do Movimento, em um total de 63, aparecem em diferentes grupos no momento da realização da pesquisa, a saber: cinco são políticos eleitos para exercer cargos públicos; quatro são Secretários de Educação e ex-secretários de Secretarias Municipais e Estaduais; sete são consultores de educação das Instituições; oito atuam como professores; dez são membros e ex-membros do CNE, do MEC e do Inep; e 29 são cargos de gestores das Instituições, presidentes, gerentes, diretores, superintendentes, economista-chefe e membros de conselhos administrativos. Diferentemente do que se apresenta, portanto, no comentário que encabeça a lista no *site* do Movimento, a maioria das pessoas possui cargos em instituições parceiras, administradores de gestão econômica que se juntam aos consultores de educação ligados às fundações e às instituições, somando-se 36 pessoas, mais da metade do número total do Movimento. Em seguida, estão os cargos políticos, que englobam os políticos eleitos e cargos de secretários municipais e estaduais e integrantes do MEC, somando-se 19 pessoas. Professores são somente oito no movimento, uma

inversão do que se pretendia com a Comissão de Especialistas para a elaboração da proposta da BNCC.

Dentre as pessoas apresentadas como apoiadoras do Movimento, duas delas chamam atenção, seja pela relação com Instituições que lideram as ligações na rede do Movimento, seja pelos seus cargos no MEC, assim que o Presidente Temer assumiu. São elas: Maria Helena Guimarães de Castro e Teresa Pontual. Maria Helena é uma das sócias-fundadoras do TPE, membro da comissão técnica do movimento e faz parte do conselho científico da Abave. Ela assumiu a Secretaria Executiva do MEC, em 2016, e ficou à frente das reformas educacionais almejadas pelas instituições que representa, presidindo o Comitê Gestor da BNCC e conduziu a elaboração da terceira versão da BNCC e a versão final. É socióloga e professora aposentada da Unicamp. No governo FHC, foi uma das responsáveis pela implementação das políticas de avaliação no País, como a reorganização do Saeb e a criação do Enem. Quanto à Tereza Pontual sua influência é importante devido à ligação com a Fundação Lemann, a fundação poderosa da Rede do Movimento, da qual foi bolsista. Ela especialmente influenciou na reforma do Ensino Médio e foi nomeada em setembro de 2016, como Diretora de Currículos e Educação Integral do MEC.

Outra pessoa que merece um olhar especial é Alice Andrés Ribeiro, secretária-executiva do Movimento pela Base, que não aparece no *site* do Movimento nem entre as pessoas apoiadoras, nem no Conselho Consultivo. No entanto, Alice é a porta voz do Movimento há vários anos, possível de verificar-se na internet. Não ter seu nome e sua função explicitados no *site* do Movimento faz pensar sobre sua real função e suas possíveis ligações. Alice está camuflada no Movimento pela Base. Segundo informações (ESCAVADOR, 2018), é graduada em Relações Internacionais e Mestre em Administração Pública e Governo, pela Fundação Getúlio Vargas. É Oficial de projetos da UNESCO, assessora tecnicamente a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, monitorando e avaliando o programa *Escolas do Amanhã*. Foi coordenadora de pesquisa e conteúdo do Todos pela Educação, movimento do qual é associada efetiva (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

O Movimento pela Base apresenta seu Conselho Consultivo em seu *site*, a saber: Anna Penido - Diretora-executiva do Inspirare, Claudia Costin - Diretora do CEIPE/FGV, Denis Mizne - Diretor-executivo da Fundação Lemann, Mariza Abreu - Consultora legislativa da Área de Educação, Miguel Thompson - CEO do Singularidades, Pilar Lacerda - Diretora da Fundación SM, Ricardo Henriques - Superintendente Executivo do Instituto Unibanco.

No link “Quem Somos”, o Movimento pela Base também apresenta os “7 princípios para a construção da Base Nacional Comum”: 1. Foco nos conhecimentos, habilidades e valores essenciais; 2. Clareza e objetividade; 3. Fundamentação em evidências de pesquisas nacionais e internacionais; 4. Obrigatoriedade para todas as escolas; 5. Diversidade como parte integrante; 6. Respeito à autonomia dos sistemas de ensino para a construção de seus currículos; 7. Construção com colaboração entre União, estados e municípios e com a realização de consultas públicas (MOVIMENTO pela Base Nacional Comum, 2018a). De acordo com o que diz o Movimento, os princípios servem para nortear a construção da BNCC, para que promova equidade educacional. Podemos observar nesses sete princípios a ação da Rede do Movimento pela Base, movendo ideias e oferecendo soluções.

No link “Conceito”, a página apresenta “Entenda em profundidade as ideias e os princípios defendidos pelo Movimento pela Base Nacional Comum no Documento Conceito: Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum”. Em cinco itens, o documento explicita as defesas do Movimento em relação à BNCC. O primeiro item fala sobre a importância do acesso das crianças e dos jovens à escola de Educação Básica na idade certa, bem como a permanência e a conclusão. O texto argumenta que os estudantes devem adquirir aprendizados para uma vida plena, o que inclui o desenvolvimento socioemocional e a afetiva inserção na sociedade do conhecimento (MOVIMENTO pela Base Nacional Comum, 2018a). Refere-se, ainda, às condições que a escola deve ter para garantia do direito à educação, como: infraestrutura, pessoal e pedagógica, afirmando, em seguida, que a educação brasileira tem grandes dificuldades nessas questões e a solução exige ações concomitantes nas três dimensões. O texto segue relatando sobre as dificuldades relativas aos professores: falta de professores, baixos salários e desprestígio da carreira, formação inadequada

(MOVIMENTO pela Base Nacional Comum, 2018a). A Rede do Movimento pela Base trabalha criando discursos e conhecimentos, buscando legitimidade e credibilidade para tais. Os discursos que endossam a condenação da escola pública, mostrando uma suposta incapacidade do Estado em administrar as condições básicas da educação, vêm ao encontro do que Ball (2014) chama de uma poderosa alternativa de política para o fracasso do Estado. No movimento de destruição da escola pública (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017), implanta-se a ideia de que o privado é melhor e “vende-se” a solução para salvar a educação brasileira.

No segundo item, o texto aborda o projeto de nação explicitado pela Constituição de 1988 e o papel da Educação. Também argumenta que a ausência de uma Base enseja que as avaliações externas, como a Prova Brasil, prescrevam o currículo, quando o contrário deveria acontecer. Defende-se, também, uma organização para produção de materiais didáticos e formação de professores. No terceiro item, reafirma-se a defesa da construção de uma Base Comum, argumentando que esta respeite a orientação do Artigo 205 da Constituição Brasileira que estabelece como objetivo da educação o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Finaliza-se afirmando que a BNCC precisa considerar as muitas habilidades não cognitivas, como: responsabilidade, disciplina, abertura a novas experiências, capacidade de trabalhar em grupos, respeito às diferenças, capacidade de enfrentar e resolver problemas. Aqui aparece a jogada com a semente plantada na constituição, quando estabelece como objetivo final da educação a qualificação para o trabalho. Já na constituição o grupo empresarial não deixou espaço para a educação, que, segundo Rancière (2017), pressupõe a igualdade inicial, com finalidade de emancipação intelectual. Na educação o por-vir é incalculável (LARROSA; RECHIA, 2018), contrapondo-se a resultados mensuráveis. A educação pressupõe que haja uma *skholé,* definida nas palavras de Larrosa (2018) como um lugar que separa um tempo e um espaço para estudar. Um lugar separado da família, da sociedade e da fábrica, separado da produção, que reserva um tempo para o ócio, ou seja, para estudar por estudar. Entretanto, o que faz questão de lembrar o Movimento pela Base nesse documento é que a educação brasileira está a serviço da fábrica e não da educação.

No quarto item do texto, busca-se esclarecer e dar ênfase a alguns pontos e declara-se que o primeiro passo na construção da BNCC é a crença de que a educação de qualidade é um projeto de desenvolvimento do país; para isso, deve ser apoiada por agentes públicos e privados. No quinto item, ressalta-se que a BNCC não deverá ser confundida com um currículo nacional comum, enfatizando propor-se que os currículos de cada escola terão similaridades em relação às aprendizagens esperadas. Dessa forma, o documento encerra sua proposta, dizendo ser uma aposta otimista que tem a finalidade de colocar o país no rumo para uma educação de qualidade. O discurso da qualidade tem sido muito utilizado na educação brasileira e ganhou força nos materiais e nas falas dos atores da Rede do Movimento pela Base. Qualidade é um termo polissêmico, que não tem origem no vocabulário da educação, sua origem está na economia e na empresa (LARROSA; RECHIA, 2018). Qualidade é uma palavra que leva a pensar qualquer coisa como uma mercadoria, não tem um significado único, significa o que o vendedor queira que signifique. Como nos alertam os autores, o vocabulário da escola tem sido colonizado pela linguagem empresarial, econômica, psicológica e tecnológica, e qualidade é apenas um dos termos empregados. Na escola não se fala mais a língua da escola, fala-se e pensa-se com a língua dos colonizadores que desejam transformar a escola em espaço alternativo de aprendizagem com ideais mercadológicos.

A partir do momento político que o Brasil teve a troca presidencial, o Movimento pela Base ganha destaque na construção da BNCC, passa a administrar e divulga muitos materiais, disponível em sua página na internet e nas instituições parceiras. É o caso da publicação em parceria do Consed e da Undime, denominada *Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: Orientações para o processo de implementação da BNCC. Um Guia feito por gestores, para gestores* (UNDIME, 2017). O guia apresenta orientações para a implementação da Base nos municípios do país e sugere alguns materiais como: “O que significa ter uma Base com foco em competências? Vídeo com entrevista feita com Anna Penido, do Instituto Inspirare, sobre as competências na BNCC”. Outra sugestão é: “Entenda as 10 competências que orientam a

Base Nacional Comum. Infográfico que facilita a compreensão das 10 competências gerais da terceira versão da BNCC". O infográfico das competências sugerido faz parte do documento *Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC*, elaborado pelo Movimento pela Base. O Guia de implementação de 2017 passou por adaptação em 2018 e apresenta-se com a realização do MEC, do Consed, da Undime, da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE) e com apoio técnico do Movimento pela Base.

Já o MEC lançou dois textos para explicar as mudanças na terceira versão da BNCC. O primeiro: *Fundamentos Pedagógicos e Estrutura Geral da BNCC: BNCC versão 3*, que traz, na introdução, "Conteúdos curriculares a serviço do desenvolvimento de competências" (BRASIL, 2017e, p. 4). No texto, destacam-se os três grupos de competências gerais da BNCC: competências pessoais e sociais, cognitivas e comunicativas. O outro texto, *Base Nacional Comum Curricular: processo de elaboração, princípios e conceitos*, abordou a construção da base e a estrutura da terceira versão (CASTRO, 2017). O item fundamentos pedagógicos da BNCC apresenta: "Os conteúdos curriculares a serviço do desenvolvimento de competências" (CASTRO, 2017, p. 5). E, como inovação, traz-se a associação dos objetivos de aprendizagem e dos componentes curriculares em três grandes grupos de competências gerais a serem desenvolvidas na escola.

Fica evidente, portanto, que a Rede do Movimento pela Base influenciou o texto final do documento da BNCC. O currículo como campo de disputa abriga agora, também, os ideais mercadológicos, e, como era desejo do Movimento, a BNCC passa a ser apoiada pelos agentes privados. Ocorre que o discurso era pelo apoio de agentes públicos e privados, mas, na prática, a influência maior foi dos agentes privados que formam a rede. Passaremos agora a analisar a ênfase dada às competências na BNCC e verificaremos como o discurso das competências inserido na Base coroa a jogada política da Rede do Movimento pela Base.

A REDE DO MOVIMENTO PELA BASE E A ÊNFASE DADA ÀS COMPETÊNCIAS NA BNCC

Na página do Movimento pela Base, um dos materiais divulgados é um artigo escrito por Guiomar Namo de Mello – *Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas*. Esse texto apresenta, além do histórico do currículo brasileiro, a ideologia da autora, defensora das reformas educacionais, que é ligada à Rede do Movimento pela Base Nacional Comum. Ela define competência de acordo com as orientações da OCDE, que, segundo ela, depois da reunião da Unesco em Jomtien - 1990, passou a orientar os rumos da educação. "Os resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como a possibilidade de operar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes" (MELLO, 2014, p. 8). A autora segue dizendo que esse novo paradigma, com maior ou menor resistência, vai sendo adaptado e adotado em diferentes países. Em seu posicionamento, Mello (2014) evidencia que os conteúdos disciplinares devem servir às competências, assim como ocorreu posteriormente com a BNCC. No artigo, ela argumenta que as dificuldades no currículo brasileiro derivam também de questões ideológicas, que imobilizaram debates e iniciativas nesse tema.

> Vários setores da educação afirmam que o enfoque por competências submete a educação à lógica do mercado, o que tem levado a malabarismos semânticos na busca de sinônimos para substituir a palavra "competência". Atualmente os termos mais cotados nas hostes pedagógicas são "expectativas de aprendizagem" para alguns ou, para quem quiser parecer ainda correto politicamente, a expressão "direitos de aprendizagem". (MELLO, 2014, p. 12).

O texto da autora deixa a impressão de que é impossível resistir à determinação da OCDE, que orienta para o desenvolvimento das competências na educação escolar, especialmente nos países pobres. Ainda faz uma ligação equivocada de competências com a expressão "direitos de aprendizagem", utilizada na BNCC e defendida especialmente nas duas primeiras versões do documento, que são resultantes dos princípios éticos, políticos e estéticos contemplados nas Diretrizes Nacionais. Para

finalizar, a autora diz que é preciso superar a anomia curricular. Considerando que o artigo foi escrito anteriormente à construção da BNCC, vê-se uma grande esperança de que a educação brasileira adotasse um currículo único com foco nas competências, ideia defendida também por institutos, fundações, mídia, políticos e empresários, como Mello (2014) afirmou.

Outro material indicado pelo Movimento pela Base foi a pesquisa realizada e divulgada pela Fundação Lemann, intitulada *Projeto de Vida* (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018). O objetivo foi analisar a capacidade das instituições de ensino de propiciar os meios necessários para os jovens atingirem seus objetivos na vida adulta. Segundo a divulgação feita, a principal conclusão apontou que existe uma grande desconexão entre o que é exigido dos jovens fora da escola e o que é ensinado nela. Duas especialistas analisam as disciplinas de Português e de Matemática, apontando possíveis caminhos para a BNCC. Elas também enfatizam que a nova Base deveria focar em quatro questões centrais: ser atrativa para o aluno, aliar competências e conteúdo, correlacionar habilidades e incluir habilidades socioemocionais. As habilidades comportamentais são destacadas como sendo: proatividade, autonomia, curiosidade e comprometimento, que podem ser ensinadas em sala de aula. A pesquisa aponta, ainda, que faltam competências de comunicação, de raciocínio lógico e de resolução de problemas. O relatório enfatiza que os resultados apontam questões importantes no momento que uma Base Nacional Comum está sendo construída pelo Governo e afirma que, com foco em conteúdo, os currículos acabam deixando de lado o ensino de habilidades e de competências, e os jovens saem da escola sem saber como colocar os conhecimentos em prática. O texto de divulgação da pesquisa revela o interesse da Fundação Lemann no desenvolvimento das competências e das habilidades, inclusive sugerindo algumas de acordo com a pesquisa, sugestões estas que aparecem na BNCC nos três grupos de competências gerais.

O Movimento pela Base disponibilizou, em sua biblioteca virtual, o *Glossário de Terminologia Curricular*, considerando-o como um instrumento de trabalho de referência para apoiar iniciativas de desenvolvimento de currículos. O Glossário, publicado em 2013, pela Unesco e o *Bureau Internacional* da Unesco, nos créditos da versão em português, publicada em 2016, tem a Coordenação do Setor de Educação da Representação da Unesco no Brasil, tradução de Rita Brossard e revisão técnica de Guiomar Namo de Mello.

Na consulta ao Glossário ao termo “Competência geral - Ver ‘Competência essencial’ e Habilidade para o século XXI”, seguindo o caminho da busca, encontramos “Competência essencial”.

> Na União Europeia, definem-se competências essenciais como a soma de habilidades (habilidades básicas e habilidades básicas novas) necessárias para viver em uma sociedade do conhecimento contemporânea. Em sua recomendação sobre competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, em 2006, o Parlamento e o Conselho Europeus estabeleceram oito competências essenciais: comunicação na língua materna; comunicação em outras línguas; competências em matemática, ciência e tecnologia; competência digital; aprender a aprender; competências interpessoais, interculturais e sociais e competência cívica; empreendedorismo; e expressão cultural (*Fonte*: CEDEFOP, 2011). (UNESCO, 2016, p. 27).

O texto complementa:

> Considerações sobre o contexto brasileiro
> Ver também o escopo de competências que constituem a referência do exame PISA, desenvolvido pela OCDE, disponível em: http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/definitioandselectionofcompetenciesdeseco.htm. Acesso em 22 nov.2015. (UNESCO, 2016, p. 27).

Assim sendo, o glossário indica ver o escopo das competências que são referência para o Pisa, desenvolvido pela OCDE. Nesse sentido, o próximo passo foi acessar a página indicada na internet. O endereço eletrônico levou a um texto intitulado *Definition and Selection of Competencies (DeSeCo)* (Definição e seleção de competências). A importância do conhecimento, das habilidades e das competências para os indivíduos e a sociedade é amplamente aceita pelos formuladores de políticas nos países da OCDE. Pelo menos no discurso, uma cidadania bem-educada e altamente qualificada é vista como desempenhando um papel eminente no

enfrentamento dos desafios do presente e do futuro. Até o momento, o principal impulso nos países da OCDE para os esforços na área de competências-chave veio do setor empresarial e dos empregadores. Do ponto de vista puramente econômico, as competências dos indivíduos são vistas como importantes porque contribuem para: impulsionar a produtividade e a competitividade do mercado; minimizar o desemprego por meio do desenvolvimento de uma força de trabalho adaptativa e qualificada; e criar um ambiente para a inovação em um mundo dominado pela concorrência global (OECD, 2015).

O texto da OCDE afirma que o currículo do futuro se tornou o tópico favorito dos discursos políticos e o centro dos esforços voltados à reforma da educação. E o "[…] concept of key competencies has become a vital component in the vocabulary of educational policy-makers and reformers"[4] (OECD, 2015, n.p.). O texto finaliza com a explicação de que a DeSeCo foi iniciada para fornecer um ponto de referência para o desenvolvimento de indicadores e de interpretação de resultados empíricos, incentivar um processo interativo entre trabalho teórico e empírico e, eventualmente, fornecer *feedback* para a política educacional.

No caso da BNCC, pudemos perceber a estreita relação das competências com o conceito da OCDE, conforme glossário indicado pelo próprio Movimento pela Base e pela própria BNCC, que alega adotar o foco no desenvolvimento das competências devido a ser o enfoque das avaliações internacionais da OCDE, que coordena o Pisa, e da Unesco, que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (BRASIL, 2017b).

Dentre os materiais disponibilizados no *site* do Movimento, há outra publicação que promete ajudar professores a compreender as dimensões das competências gerais: *Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC* (MOVIMENTO pela Base Nacional Comum, 2018b). O texto apresenta as competências gerais, enfoca cada uma delas e caracteriza-as.

Segundo explicitado no texto, o objetivo é apoiar redes de ensino, escolas e professores a compreender as Competências Gerais da Base e como elas progridem ao longo da Educação Básica. Além disso, tem a intenção de facilitar a sua inserção em currículos, práticas pedagógicas, materiais didáticos e processos de avaliação da aprendizagem. Diz tratar-se de um material orientador, que detalha as dimensões e as subdimensões que compõem cada uma das 10 competências gerais, indicando como elas devem evoluir da Educação Infantil até o Ensino Médio. O texto de apresentação esclarece que as Competências Gerais integram o capítulo introdutório da BNCC e foram definidas a partir dos direitos éticos, estéticos e políticos, assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século 21. O Movimento divulgou, nessa publicação, o infográfico das competências, já citado anteriormente no texto. Nele, as dez competências gerais são apresentadas e interpretadas, descrevendo-se: O quê? Para quê?

Muitas pesquisas foram realizadas por instituições do Movimento pela Base e divulgadas, mesmo que para apenas legitimar aquilo que o Movimento já vinha defendendo, como no caso da Educação Infantil. Nesse sentido, fica evidente a relação dessa divulgação de pesquisa com os rumos que a Educação Infantil ganhou dentro da Base nas últimas versões. O enfoque nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que possibilitam mais controle sobre as escolas das crianças e sobre as subjetividades construídas, assim como a participação de diferentes atores fora do campo educacional na construção do documento, apostam nas competências gerais para regular a educação.

Todos os textos citados mostram que a Rede do Movimento pela Base abertamente apoia e estrutura a inclusão das competências gerais na BNCC. Competências que atendem aos ideais mercadológicos, selecionadas, citadas e apoiadas pelas instituições empresariais que buscam um investimento em capital humano.

> Sabemos que um capital humano, um indivíduo produzido, implica em causas genéticas e causas adquiridas. Não há dúvida de que é mais do lado do adquirido, ou seja, da constituição mais ou menos

[4] "[...] conceito de competências-chave tornou-se um componente vital no vocabulário de formuladores e reformadores de políticas educacionais" (OECD, 2015, n.p., tradução nossa).

> voluntária de um capital humano ao longo da vida dos indivíduos, que se colocam todos os problemas e que novos tipos de análises são apresentados pelos neoliberais. Que significa formar capital humano, formar essa espécie de competência-máquina que vai produzir rendimentos, ou que vai ser remunerada pelo rendimento? Significa, evidentemente, fazer aquilo a que se chama investimentos educativos. (FOUCAULT, 2010, p. 289).

Talvez sejam esses investimentos educativos que as empresas com suas instituições e fundações estejam interessadas em realizar. O investimento em capital humano é algo que perpassa pelas intervenções na família, na gestação, nos cuidados da mãe com o bebê, na entrada da criança na creche, durante a Educação Básica como um todo, e segue... talvez por esse motivo as instituições empresariais estejam investindo em ações desde a maternidade até a formação inicial e continuada. Conforme mapeamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (ANTUNES, 2017), as instituições ligadas ao Movimento pela Base desenvolvem 229 projetos ligados diretamente à educação no Brasil inteiro. Os projetos estão conectados com as tecnologias neoliberais, que, segundo Ball (2014), trabalham em nós para produzir um corpo discente e docente produtivo, responsável e empreendedor. As ações da Rede do Movimento pela Base criam um ideário de que todos estão empenhados na causa da educação, mas devemos lembrar-nos do alerta de Dantas (2014) de que o consenso sobre todos pela participação denuncia a dominação.

O currículo abrange essas disputas em torno da educação e materializa-se na BNCC brasileira, e é uma das tecnologias responsáveis por nos tornarmos aquilo que somos (SILVA, 2017). Ao que parece essa lição foi muito bem apreendida pela Rede do Movimento pela Base, que definiu os saberes úteis para a empregabilidade e maleabilidade, que foram transpostos para os objetivos de aprendizagem da BNCC, os quais os professores devem desenvolver nos seus alunos para alcançar as competências gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede apresentada constitui-se como uma rede política de instituições, na maioria empresariais, que se ligam entre si e com pessoas físicas, formando a Rede do Movimento pela Base. A tal rede influenciou diretamente a produção do documento BNCC a partir da Terceira Versão, especialmente na inclusão das Competências Gerais oriundas da OCDE. Um modelo gerencialista da educação passou a ser implementado e lançou-se o projeto de subjetivação dos estudantes e dos professores aos ideais mercadológicos. Encontramos diversos tipos de atores dessa rede, uns invisíveis, outros camuflados em instituições que agem nessa rede direta e indiretamente e ainda órgãos governamentais com seus atores nacionais e outros internacionais. Todas essas relações serão alvo de próximos artigos.

Consideramos que a educação pode também ser a indisciplina do pensamento, para pensar o que a ordem e a hierarquia não permitiriam pensar (KOHAN, 2007) e buscamos a escola como *skholé,* ou seja, lugar de ócio, tempo livre, estudo e ensino (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017). Para nós, fazer negócio[5] com a escola, com a educação, é negar esse ócio, negar esse direito. No Brasil, a educação está virando negócio, interesse de mercado, em que o "canto da sereia" (MONTAÑO, 2014), entoado pelo terceiro setor, agrada tanto a esquerda quanto a direita, em que as verdades sobre o que se deve pensar e como se deve pensar estão sendo forjadas por grupos empresariais que se articulam para dominar o currículo.

Pensamos que é um ato de resistência analisar quem fala durante a produção de texto das políticas educacionais e verificar que subjetivação desejam. Conhecer essas influências, analisar as redes políticas e descobrir alguns rastros do projeto de subjetivação permitem-nos resistir, pensar de outras formas e reinventar a escola em vez de condená-la e ou vendê-la.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. A quem interessa a BNCC? **EPSJV/Fiocruz**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2017. Disponível em:

---

[25] "A palavra negócio vem da combinação de nec + otium. No latim, *otium* é descanso, lazer, e a partícula *nec* é um advérbio de negação. Praticar o não-ócio é negociar." Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/negocio/>. Acesso em: 12 jun. 2018.

<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc>. Acesso em: 8 mar. 2018.

APPLE, M. **Aula Magna**. Programa de Pós-Graduação da Univali. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/m05uI_ORQcc>. Acesso em: 25 jun. 2018.

AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: Uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 24, p. 1- 15, 29 fev. 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2368

AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, p. 1-9, nov. 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007

BALL, S. J. **Educação Global S.A**.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força**: Rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BORGES, H. Conheça os bilionários convidados para “reformar” a Educação Brasileira de acordo com sua ideologia. **The Intercept-Brasil**, 4 nov. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

______. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, n. 248, p. 27833-27841.

______. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Por uma política curricular para a educação básica:** contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, Brasília: MEC/SEB/DCEI, julho 2014a. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/07/direitos-a-aprendizagem-_-versaoseb_03julho.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

______. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014b. Seção 1, n. 120-A, edição extra, p. 1-7.

______. Portaria Nº 592, de 17 de junho DE 2015. Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jun. 2015a. Seção 1, n. 114, p. 16.

_______. Ministério de Estado da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: primeira versão. Brasília, DF: MEC, 2015b. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-APRESENTACAO_final_06-10.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_______. Ministério de Estado da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: Proposta preliminar - segunda versão. Brasília, DF: MEC, 2016a. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/referencias/segunda-versao-base-curricular/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

______. Portaria Nº 790, de 27 de julho de 2016. Institui o Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e reforma do Ensino Médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jul. 2016b. Seção 1, n. 144, p. 16.

______. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 10 mar. 2018.

_______. Ministério de Estado da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base - Terceira Versão. Brasília, DF: MEC, 2017b. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/biblioteca/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

______. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2017c. Seção 1, p. 41-44.

______. Conselho Nacional de Educação. **Caderno Técnico CNE**. 2017d. Disponível em: <http://cnebncc.mec.gov.br/docs/Caderno_Tecnico_do_CNE.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

______. Fundamentos Pedagógicos e Estrutura Geral da BNCC: BNCC Versão 3. **Portal do MEC**, 26 jan. 2017e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bncc-apresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 fev. 2018.

______. Base Nacional Comum Curricular. **YOUTUBE**, 13 abr. 2018. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Fbz-cpct1W4>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Resolução Nº 1, de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 abr. 1999. Seção 1. p. 18.

CASTRO, M. H. G. de. Base Nacional Comum Curricular: processo de elaboração, princípios e conceitos. **Undime**, São Paulo, jan. 2017. Disponível em: <http://www.undime-sp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/seminario3101_mariahelena.pdf> Acesso em: 20 fev. 2018.

DANTAS, André. Todos pela participação: quando o consenso denuncia a dominação. In: MONTAÑO, C. (Org.). **O canto da sereia:** crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014. p. 103-143.

ESCAVADOR. **Alice Andrés Ribeiro**. 2018. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3310045/alice-andres-ribeiro>. Acesso em: 11 nov. 2018.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

FREITAS, L. C. de. Documento silenciado pela SEB. **Avaliação Educacional – Blog do Freitas**, 20 jul. 2015. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2015/07/20/documento-silenciado-pela-seb/>. Acesso em: 12 jun. 2018.

______. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Projeto de Vida**. 2018. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/projeto-de-vida>. Acesso em: 15 abr. 2018.

KOHAN, W. O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: (novos) ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LARROSA, J. **Esperando não se sabe o quê:** sobre o ofício de professor. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LARROSA, J.; RECHIA, K. **[P] de Professor**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

MARTINS, E. M. **Todos pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MASSCHELEIN, J; SIMONS, M. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Tradução Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MELLO, G. N. de. **Currículo da Educação Básica no Brasil:** concepções e políticas. 2014. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/08/guiomar_pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MONTAÑO, C. **O canto da sereia:** crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

MOVIMENTO pela Base Nacional Comum. **Quem somos**. 2018a. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

______. **Dimensões e desenvolvimento das competências gerais da BNCC**. 2018b. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2018/03/BNCC_Competencias_Progressao.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Definition and Selection of Competencies (DeSeCo)**. 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/definitionandselectionofcompetenciesdeseco.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante:** cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução Lílian do Valle. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Associados Efetivos**. 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/13.pdf> Acesso em: 11 nov. 2018.

UNDIME. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular:** Orientações para o processo de implementação da BNCC. 2017. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/21-08-2017-10-32-undime-econsed-lancam-guia-de-implementacao-da-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 20 fev. 2018.

UNESCO. **Glossário de Terminologia Curricular**. 2016. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002230/223059por.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.